

SINJEP HOJE

Revista Digital do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará

ANO 1 Nº 3

JUNHO-JULHO/2022

FOTO: ERIKA MIRANDA (ASCOM TJE/PA)



JUSTIÇA DIGITAL E O FUTURO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO


CONVÊNIOS

PARCERIAS DE SUCESSO


56%

DE DESCONTO
NO PLANO
ODONTOLÓGICO



ATE

50%

DE DESCONTO EM
CURSOS DE IDIOMAS



20%

DE DESCONTO EM
CURSOS DE
GRADUAÇÃO



ATE

75%

DE DESCONTO EM
CURSOS DE
GRADUAÇÃO



7%

DE DESCONTO
NA COMPRA DE PEÇAS
AUTOMOTIVAS



CENTRO DA MELHOR IDADE

ALONGAMENTO,
HIDROGINÁSTICA, YOGA,
MUSCULAÇÃO, DENTRE
OUTRAS ATIVIDADES

SINJEP HOJE - FICHA TÉCNICA

Esta revista é de responsabilidade da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará - SINJEP, a exceção dos artigos assinados.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta

Iná Pinheiro Mendes

Vice-Presidente

Pepe Hubert Princken Larrat

Secretário Geral

Francisco Pinto Barros

Diretora de Administração e Finanças

Juliana da Costa Pereira

Diretor Jurídico

Marcos Augusto Pacheco Araujo

Dir. de Cultura, Esporte e Lazer

Ariosvaldo Oliveira Barros

Diretor de Comunicação

Marcel Espirito S. C. Lobato

Dir. Formação Política Sindical

Flaviana Trindade de Oliveira

Dir. Saúde e Segurança do Trabalho

Vicente de Paula Santiago

FOTOS

Erika Miranda (ASCOM TJE/PA)
Servidores, Arquivo Pessoal

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Gabriel Vilhena

EDIÇÃO

Muriel Catarina Nunes (ASCOM)

CONSELHO EDITORIAL

Iná Mendes e Marcos Araujo

EDITORIAL**Caros Leitores,**

A terceira edição da sua revista digital SINJEPHOJE traz uma pauta que passeia com leveza e crítica por temas que nos inquietam e nos estimulam, sempre contextualizando os assuntos no universo do Poder Judiciário, no intuito de contribuir com informação de qualidade para o nosso exigente e bem-preparado público leitor.

Imperioso ressaltar a importância da consciência da força transformadora do jornalismo livre e que contribui para a preservação do Estado Democrático de Direito. Jornalismo livre e responsável, é o que pode ser encontrado na primeira REVISTA DIGITAL do SINJEP.

Nesta edição, a SINJEPHOJE abre espaço para um assunto premente: a virtualização/digitalização da estrutura de atendimento do Poder Judiciário, em vias de ser concluído e que é habitualmente conhecido por Justiça 4.0

Em nossa matéria de capa, uma entrevista exclusiva com o titular da Secretaria de Informática do TJE/PA que atendeu à solicitação da Editoria da SINJEPHOJE, para falar sobre o projeto de implementação da Justiça Digital.

A SINJEPHOJE também reservou um espaço para que você possa receber as infor-



mações sobre como acessar os convênios que o sindicato vem celebrando, sempre no intuito de garantir um excelente atendimento aos seus filiados.

Nossa revista divulga também um novo canal de comunicação com seu público leitor: o e-mail revistasinjep100@gmail.com, para onde será possível enviar: sugestões de assuntos, artigos (INSTRUÇÕES: limite até 5 mil caracteres/ fonte: Times New Romam/ tamanho 10. Se possível, com fotos).

Então, Boa Leitura!

Juntos Somos Fortes!

A direção

NÃO FIQUE SÓ!
SINDICALIZE-SE

SINJEP: HÁ 33 ANOS CUIDANDO DA NOSSA GENTE!!!

Acesse: sinjep-pa.org/filiacao

 (91) 99332-1030

 @sinjep

 @sinjep_pa

ENTREVISTA

TJE DO PARÁ AVANÇA RUMO A DIGITALIZAÇÃO

O Poder Judiciário brasileiro vivencia um histórico período de transição, que irá posicionar o país no que já é apontado por estudiosos e especialistas como uma transformação profunda na prestação jurisdicional e na estrutura de atendimento e tramitação processual.

Para falar de um assunto tão atual quanto premente, a revista digital SINJEPHOJE abriu espaço para as informações de um profissional especialista no assunto e que está a frente do projeto que irá posicionar o TJE/PA no universo da justiça digital: o titular da Secretaria de Informática do tribunal, Diego Leitão.

Nossos agradecimentos também a Coordenadoria de Comunicação do TJE/PA, que disponibilizou as fotos de Erika Miranda, a quem agradecemos a qualidade do registro fotográfico profissional. Boa leitura.



Diego Leitão, titular da Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Entrevista

SINJEPHOJE: Em que estágio se encontra a informatização/migração para o modelo digital da estrutura de informática do TJE?

Diego Leitão: O Projeto foi dividido em dois grandes eixos: o primeiro é a virtualização de processos, que corresponde à conversão de todo o acervo de processos físicos para processos eletrônicos. Esse processo passa pela digitalização, indexação e migração para o sistema de processos eletrônicos, o PJe. Atualmente o TJPA encontra-se com 91,45% concluído, ou seja, de fevereiro de 2021 até a primeira quinzena de junho deste ano foram migrados 503.947 processos para o meio eletrônico, de um total de 598.671, restando apenas 94.724 processos a serem migrados e chegarmos a 100% de processos eletrônicos. Merece ser destacado que, das três etapas da virtualização de processos físicos, duas foram automatizadas com o desenvolvimento e a implementação do ROBO MIGRADOR e da INDIA, soluções de tecnologia desenvolvidas pelo time de TI do TJPA, sobre os quais detalharemos mais à frente.

O segundo eixo corresponde a revitalização total do parque tecnológico do TJPA com a substituição de 100% dos computadores utilizados por servidores

Continua na página 5

e magistrados do Poder Judiciário Paraense, no qual todos os computadores serão substituídos por notebooks de alta performance, trazendo mobilidade e um conjunto de ferramentas para auxiliar na modernização e produtividade do judiciário. O projeto iniciou as substituições pelas comarcas mais distantes da capital, onde a infraestrutura é mais precária e os índices de IDH são os mais baixos e prevê a substituição de mais de 6.000 computadores. Atualmente já foi renovado o parque tecnológico de 90 cidades onde o TJPA possui presença, com Fóruns, juizados e/ou termos judiciais, de um total de 117.

SINJEPHOJE: Quando o projeto foi concebido?

Diego Leitão: Ambos os projetos foram concebidos em fevereiro de 2021, sendo o eixo 1 com início imediato e intensificado em julho de 2021 com a entrega de um Robô Migrador pela secretaria de informática, que automatiza boa parte do processo de migração, acelerando o processo que era todo executado de forma manual, ampliando a média de 9.000 processos migrados/mês para cerca de 40.000 processos/mês.

O eixo 2 passou por um processo de licitação e sofreu com os impactos da pandemia, que pela falta global de insumos eletrônicos atrasou a fabricação e consequentemente a entregas dos notebooks, tendo a distri-



Parque de informática do TJPA

buição se iniciado somente em março de 2022.

SINJEPHOJE: Quais os principais objetivos?

Diego Leitão: Transformar o Judiciário Paraense em um Tribunal totalmente digital, preparado para a nova justiça brasileira, Justiça 4.0, trazendo mais transparência e agilidade àqueles que procuram a justiça.

SINJEPHOJE: Qual o montante dos investimentos?

Diego Leitão: Para o Eixo 1, a virtualização dos processos, não houve investimentos financeiros, apenas a força de trabalho dos servidores e colaboradores do TJPA, aliados a tecnologia desenvolvida pela secretaria de informática do TJPA, com a entrega do robô migrador e do primeiro sistema utilizando inteligência artificial

do TJPA, a INDIA, que atua na indexação dos processos.

Para o eixo 2 foram investidos em torno de 30 milhões de Reais, para aquisição e distribuição dos notebooks para todo o Estado do Pará.

SINJEPHOJE: Que setores deverão ser totalmente informatizados? E que modelo deverá ser adotado?

Diego Leitão: Todos os setores e unidades serão contempladas, adotando um modelo de eficiência e mobilidade, preparada inclusive para possíveis novos rumos da justiça 4.0 e para eventuais restrições impostas pela pandemia do Covid-19.

SINJEPHOJE: Qual a importância da migração para a justiça digital para a qualidade da prestação jurisdicional?

Continua na página 6

Diego Leitão: Trazer transparência, celeridade e eficiência à justiça paraense. Em análise realizada pela secretaria de informática, ainda em 2020, nos processos de execução fiscal, identificamos que o tempo de vida de um processo físico é cerca de 8 anos a mais que um processo eletrônico.

SINJEPHOJE: Neste contexto, como está sendo a preparação dos servidores?

Diego Leitão: Diante das restrições da pandemia, a Escola Judiciária em conjunto com a Secretaria de Informática disponibilizou treinamentos por EAD do sistema PJe a todos os servidores, além de fornecer cursos autoinstrucionais sobre o sistema.

Além disso a Presidência, através do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DPGE) vem realizando treinamento e capacitações voltadas a melhores práticas para atuar nos processos e na gestão das unidades judiciárias.

SINJEPHOJE: Em que nível a mudança irá influenciar no modelo de prestação/ trabalho, realizado pelos servidores?



Continua na página 7

Diego Leitão: Todas as ações que estão sendo desenvolvidas visam dar mais qualidade ao trabalho dos servidores e magistrados, fazendo com que com menos esforços se alcance maiores e melhores resultados, trazendo com isso mais qualidade de vida e evitando desperdício de esforços desnecessários.

SINJEPHOJE: Como tem sido o feedback dos servidores?

Diego Leitão: Excelente. Todos os dias recebemos várias declarações de servidores, principalmente do interior do Estado, por onde se iniciou as ações do eixo 2, agradecendo o olhar e a sensibilidade da atual gestão com os servidores que estão mais distantes da capital. Nesse sentido recebemos diversas declarações de servidores que dizem que em anos de trabalho nunca se sentiram tão valorizados quanto hoje.

SINJEPHOJE: Como tem sido o feedback do público?

Diego Leitão: A Secretaria de Informática não tem muito contato direto com o público, já que é uma área de suporte à atividade fim, mas se percebe, por meio dos servidores da atividade fim, que a transparência, a facilidade e a celeridade em se trabalhar com processos eletrônicos vem agradando tanto a população que necessita dos serviços do judiciário, assim como as demais instituições, a exemplo do Ministério Público, Defensoria Pública e OAB. Vários são os serviços disponibilizados sem que haja a necessidade de se deslocarem até uma unidade judiciária, como consulta a processos e principalmente a realização de audiências por meio de videoconferência.

SINJEPHOJE: Nesse Contexto, há projeto para a migração do sistema para a Inteligência Artificial?

Diego Leitão: Sim, hoje já temos a INDIA, aplicação que utiliza inteligência artificial para indexar os processos e prepará-los para o robô migrador que efetua a migração para o processo eletrônico. A indexação nada mais é que a leitura do arquivo

digital do processo e seu particionamento, identificando o que é uma petição inicial, uma sentença, um documento comprobatório etc. Após a conclusão de migração de processos a ideia é adaptar a INDIA para atuar em novas demandas.

SINJEPHOJE: Se acontecer, quais os impactos?

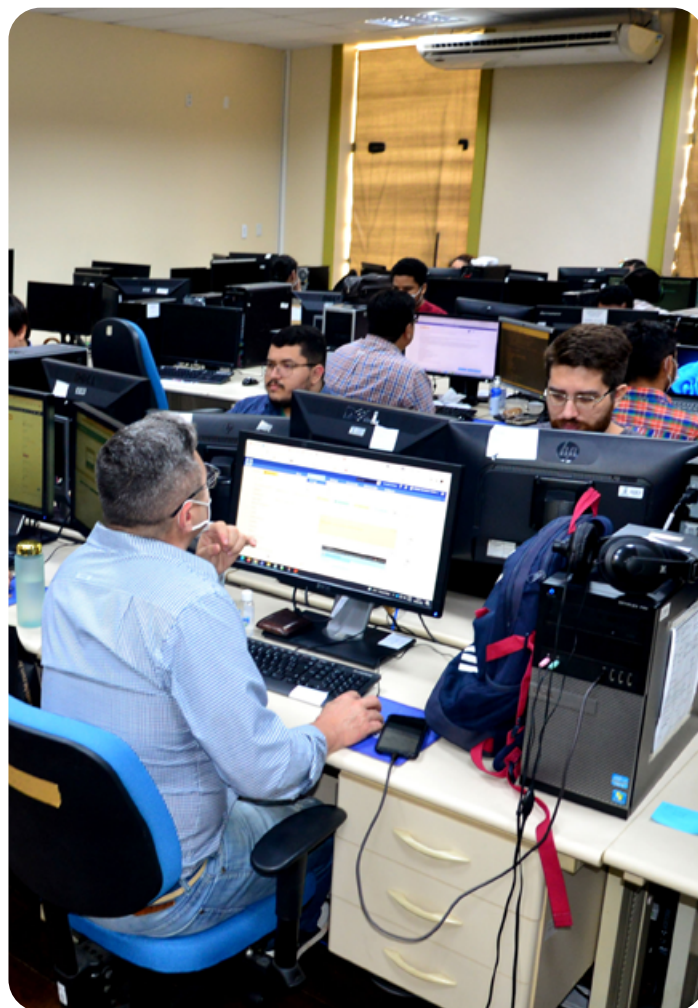
Diego Leitão: Já é uma realidade e vem trazendo mais celeridade à virtualização de processos.

SINJEPHOJE: Como vc. avalia a prestação jurisdicional no futuro?

Diego Leitão: A pandemia obrigou as instituições a se adaptarem e não foi diferente com o judiciário. A tecnologia virou a protagonista para que os serviços essenciais não parassem em um período durante o qual o mundo passava por severas restrições. Foi justamente nesse contexto que a justiça teve um papel de destaque e de vital importância, e a tecnologia trouxe facilidades. Não se vê um futuro sem uma justiça tecnológica e digital, possibilitando mais mobilidade e simplicidade em fornecer a prestação jurisdicional para aqueles que mais precisam.

SINJEPHOJE: Quais os pontos críticos atualmente?

Diego Leitão: Não vejo como crítico, mas como desafio para os gestores, não só do judiciário como de toda instituição que tem como objetivo levar serviços à população, que seria a mudança de hábitos das pessoas envolvidas em todo o processo de entrega de serviços, para que estas possam adquirir os conhecimentos das novas tecnologias e se utilizem delas para facilitar a prestação de tais serviços. Enquanto algumas pessoas se apegam a processos de trabalhos tradicionais, pela dificuldade de adaptação a mudanças, outras não contam com recursos que lhes possibilitem aprendizado de tais tecnologias. Assim, há de se buscar engajamento de todos para promover a inclusão tecnológica dos que ainda se encontram à margem dela.



SINJEP HOJE: O Estado se encontra em que posição, no que concerne a informatização, se comparado com o restante do país?

Diego Leitão: O Estado como um todo tem em seu desfavor a geografia, que dificulta que uma infraestrutura de comunicação de qualidade seja disponibilizada para todos os municípios, embora muito tenha se avançado. O Governo do Estado, por meio da Prodepa, vem expandido a rede de dados do Estado, serviço essencial para toda instituição que visa prestar serviços essencialmente digitais.

Falando do judiciário, o TJPA será, dos Tribunais que utilizam PJ (sistema oficial da justiça brasileira) como sistema judicial, um dos primeiros a atingir 100% dos processos eletrônicos, o que o torna um dos pioneiros na nova justiça brasileira, a Justiça 4.0.

Como os Servidores Avaliam a Digitalização do Judiciário?



Jailson Tavares

Analista Judiciário, Diretor de Secretaria - Fórum de Muaná

Em Muaná, foram digitalizados mais de 2.000 processos físicos e hoje a Comarca já está 100% virtual com seu acervo todo digitalizado. Os resultados foram os mais interessantes e dignos de elogios, uma vez que a nível de espaço físico houve uma expressiva redução da utilização de estantes e prateleiras fixas, hoje usadas em menor quantidade apenas para a colocação de pastas AZ com relatórios dos sistemas. Isso ajudou a melhorar o fluxo dos servidores dentro da Secretaria, que se deslocam mais facilmente nas salas do Fórum. Outro aspecto importantíssimo se refere ao controle efetivo do acervo processual que hoje já não corre o risco de extravios uma vez que as tramitações externas para advogados, Ministério Público e demais atores do processo se dá virtualmente. Antes era comum a restauração de autos que por diversos motivos eram extraviados e essa realidade deixa de existir pois não há mais o manuseio físico do processo. E por fim, a agilização do cumprimento de decisões e despachos judiciais, com modelos já previamente cadastrados no Sistema e interligação com vários órgãos, o que permite uma maior resposta nos autos e uma tramitação mais célere, além da organização interna no Sistema PJe que permite o etiquetamento dos processos, ajudando na organização de tarefas e na perfeita identificação das prioridades.

Meu nome é MARIA DE OLIVEIRA MONTEIRO, sou servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará há 28 anos. Trabalho na Vara Única da Comarca de Irituia desde 06/05/1994, Analista Judiciário, exerço a função de Diretora de Secretaria há mais de dez anos, quando meu colega JOSÉ RONILSON ASSUNÇÃO teve que se deslocar para a Capital do Estado para fazer sua graduação em DIREITO, a quase 03 décadas de casa possa dizer, que estou vivendo um momento mais leve. Em nome de todos os colegas que comigo labutam, venho agradecer o TJ pelo salto de qualidade.

É verdade que temos muito a avançar ainda, mas não podemos negar que os outros passos estão sendo dados. Saímos há pouco da era da papelada, do carimbo e do mofo para entrar definitivamente na era eletrônica, Irituia já conta com um acervo processual 100% digital. E agora, até para nossa surpresa fomos agraciados com a atualização de nosso parque tecnológico. Nossos computadores de 20 anos de idade foram todos substituídos por notebooks ultramodernos. É mais celeridade, mais espaço e mais limpeza em nosso ambiente de trabalho. É condições para entregar um serviço à altura de que o nosso jurisdicionado de Irituia merece.

Na oportunidade quero expressar meus sinceros agradecimentos aos Drs. Magistrados que por aqui passaram, como Titular, Substituto, ao Magistrado atual como titular desta Comarca DR. ERICHSON ALVES PINTO, a todos os meus colegas, inclusive os que já estão em outras Comarcas. Pelo aprendizado, pelo companheirismo.

Obrigado Tribunal de Justiça do Estado do Pará e vamos em frente! Abraços!



Maria de Oliveira

Analista Judiciário, Vara Única da Comarca de Irituia



Carolina Amaral

Analista Judiciário, Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível de Benevides

Sobre o juízo 100% digital, em especial balcão virtual e as outras ferramentas, temos percebido o aumento da cobrança das Varas. Além de dar cumprimento às diligências, precisamos monitorar o balcão, whatsapp da Vara, e-mail, lejud, SNA e por aí vai. Sem contar a digitalização que tínhamos até o dia 30/06 para deixar a Vara 100% digital. Como falei, nossa Vara (que trata dos feitos da Infância e Juventude) é tranquila para laborar, temos uma equipe boa e nosso acervo processual é bom. Mas vejo outras Varas em nossa Comarca com dificuldades para dar conta de lejud, balcão virtual e, principalmente, digitalização como ocorre com a Vara Criminal que conta com mais de 3.000 processos.

ATAQUES A JORNALISTAS AUMENTAM NO GOVERNO BOLSONARO

Mais de mil casos de violência contra jornalistas foram registrados entre os anos de 2019 e 2021, no Brasil. Exatos 1.066 ocorridos, todos, durante o governo de Jair Bolsonaro. Esse número já é maior do que a soma de todos os registros feitos pela FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) entre 2010 e 2018, que totalizaram 1024 ocorrências.

Pelos números é possível evidenciar o brutal crescimento da violência contra jornalistas no Brasil. Os dados constam no dossiê “Ataques ao Jornalismo e ao Seu Direito a Informação” publicação lançada no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (03/05/22).

“Esses ataques revelam a política de cerceamento da liberdade de imprensa e o propósito de desacreditar o trabalho dos jornalistas” explicou Maria José Braga, atual presidente da FENAJ.

Maria José também alertou para os ataques sofridos pelos profissionais até mesmo no interior das empresas jornalísticas, com a crescente precarização das condições de trabalho.

Segundo a presidente da FENAJ, a pesquisa representa um avanço entre os levantamentos feitos pela federação anualmente, na medida que o Observatório da Ética Jornalística (objEthos), do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apontou as conexões entre os dados e as consequências para o acesso da sociedade brasileira à informação de qualidade.

Objeto da parceria entre a Fenaj e o objEthos, o dossiê posiciona o debate sobre a violência contra o jornalismo no Brasil e seus impactos na sociedade, como no direito à informação. Com 41 páginas, a publicação traz análise, interpretação de cenários e recomendações práticas para o combate à violência contra os trabalhadores da mídia.

Maria José enfatizou que o dossiê possibilita compreender melhor como os ataques à liberdade de imprensa afetam a sociedade como um todo. “Afetam cada cidadão e cada cidadã no seu direito à informação e no seu exercício de cidadania para efetivamente termos uma sociedade democrática”, disse. É preciso compreender que a liberdade de imprensa e acesso à informação é um “direito instrumental”, pois é ele que permite que o cidadão possa saber como e quais direitos cobrar.

História em Capítulos

No primeiro capítulo são revelados os nomes dos jornalistas atacados e os impactos desses ataques a seu trabalho e vida pessoal. Em seguida é explicado como os ataques afetam a sociedade, ao afetar o direito à informação. Num terceiro momento, jornalistas também são vítimas de condições e relações de trabalho adversas que afetam a produção e a qualidade de informação para a sociedade.

Para o professor Rogério Christofolletti, pesquisador do objEthos e um dos organizadores do dossiê, toda violência contra jornalistas é contra o trabalho que tem como função garantir a circulação de informações confiáveis à sociedade. “Por isso, quando um ou uma repórter é intimidada, agredida ou impedida de trabalhar, o direito à informação do público está sendo violado”.

Recomendações

O professor enfatiza que o dossiê objetiva contribuir para cobrança de governos, discussão nas redações para sensibilizar as diretorias nas redações, motivar políticas públicas e programas e ações de segurança. Segundo ele, os ataques não respeitam fronteiras, etnias, tipo de mídia e envolvem violências simbólicas, físicas, emocionais e assédio judicial, sendo que um terço dos ataques são de censura.

A primeira recomendação propõe a federalização das investigações de crimes contra jornalistas. As outras 47 sugestões incluem aceleração de tramitação de projetos de lei, cobrança de compromissos e empenho de autoridades para proteção de jornalistas, promoção de campanhas educativas para envolver a sociedade.

DATAS

EM JUNHO

11 de junho — Dia da Marinha Brasileira. ...

26 de junho - Dia Internacional de Combate às Drogas. ...

5 de Junho - Dia Mundial do Meio Ambiente

16 de junho Corpus Christi e Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura.

EM JULHO

02 de julho - Dia do Hospital.

12 de Julho — Dia do Engenheiro Florestal. ...

13 de julho – Dia Mundial do Rock.

15 de Julho — Dia do Homem.

17 de julho — Dia do Protetor de Florestas.

19 de Julho - Dia Nacional do Futebol.

20 de julho - Chegada do Homem à Lua.

25 de Julho — Dia Nacional do Escritor

EM AGOSTO

Dia Nacional da Saúde, 5 de agosto.

Dia dos Pais (2.º domingo de agosto), 14 de agosto de 2022.

Dia Internacional dos Povos Indígenas, 9 de agosto.

Dia do Estudante, 11 de agosto.

Dia Nacional das Artes, 12 de agosto.

Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto.

JUSTIÇA DIGITAL E O FUTURO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO

O avanço da tecnologia é uma das características da dinâmica do capitalismo. Isso é destacado por muitos autores, sendo ponto praticamente pacífico nas mais diversas matrizes teóricas e políticas.

O simples fato de o avanço da capacidade técnica em uma sociedade ser um problema denuncia uma contradição central do capitalismo. Menos trabalho necessário para produzir mais riqueza deveria ser uma benção. As pessoas dispõem de mais recursos para satisfazer suas necessidades e de mais tempo livre para desfrutar a vida. Além de gerar mais riqueza com menos trabalho, a tecnologia tem potencial emancipador porque pode tornar o trabalho menos penoso e mais criativo, libertando as pessoas do estranhamento em relação ao labor. O trabalho pode ser fonte de prazer e realização.

Contudo, no capitalismo, o avanço técnico pode tornar mais pessoas mais pobres, além do trabalho mais sofrido e alienante. Essa sociedade permite que a automação seja usada como meio de excluir pessoas da produção e da apropriação da riqueza, e ainda como ferramenta para aumentar o controle, a exploração e o adoecimento.

Ao contrário do trabalho mais criativo e da maior liberdade prometidos pela microeletrônica e mais recentemente pelas “plataformas”, as novas tecnologias são largamente utilizadas pelas empresas para exercer maior controle e pressão sobre os empregados. Ademais, diferentemente do que tradicionalmente ocorria no modelo fordista/taylorista, empresas têm se apropriado da capacidade cognitiva dos empregados sem que isso implique maior poder ou autonomia para eles.

O emprego das novas tecnologias como ferramentas mais sofisticadas de disciplinamento e controle tem expandido o adoecimento psíquico no

mundo do trabalho. Contrariando a retórica empresarial sobre práticas sustentáveis e responsabilidade social, as últimas décadas se mostraram pródigas em formas de pressão, intensificação, cobrança e assédio moral organizado.

Se a microeletrônica e o avanço da mecanização dos anos 1990 e 2000 não melhoraram as condições de trabalho, também não parece que a Quarta Revolução será empregada com tal objetivo. O caso mais emblemático, o das chamadas plataformas, tem nas novas tecnologias as ferramentas para acentuar o que os computadores já permitiam fazer.

Nas atividades dos servidores do Estado, há diferenças frente ao assalariamento no setor empresarial. Como não estão diretamente subsumidos à lógica do lucro, os servidores públicos podem encontrar espaço para ambientes menos despóticos e com melhores condições de trabalho. Contudo, comumente eles sofrem em instituições que mimetizam a tirania de uma empresa. A disputa por melhores condições de trabalho no setor público, no atual contexto, demanda uma grande participação no controle das ferramentas tecnológicas que são cada vez mais utilizadas: é preciso influenciar na elaboração e na gestão das ferramentas digitais.

É necessário que os servidores se engajem na proposição de conteúdos que sejam racionais (como as metas), não apenas do ponto de vista das suas condições de trabalho, bem como para uma boa prestação dos serviços aos cidadãos. Essas pautas são plenamente conciliáveis e ajudam a legitimar a própria luta no serviço público.

Em suma, é preciso lutar para que a tecnologia seja concebida e empregada para emancipar, e não para vigiar, controlar, estranhar (manter o subjugado sem domínio do que está sendo feito) e explorar ainda mais aqueles que vivem do trabalho.



Nossos agradecimentos pela atenção e pelo texto enviado especialmente para a SINJEPHOJE. Vitor Araújo Filgeiras: Professor no programa de pós-graduação do curso de economia Da UFBA; professor visitante da Universidade Complutense de Madri (UCM), Doutor em economia pela UNICAMP, com estágio na universidade de Londres, mestrado em Ciência Política pela UNICAMP.